



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682507 - AL (2021/0233391-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : JOSE CASSIANO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE CASSIANO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (Agravado de Execução Penal n. 0500792-65.2020.8.02.0000).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade de 19 (dezenove) anos, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de homicídio qualificado, fazendo jus à progressão ao regime semiaberto em 13.11.2022.

Efetuada pedido de progressão antecipada de regime ou de colocação do paciente em prisão domiciliar humanitária, o pleito foi indeferido pelo Juízo das Execuções. Interposto agravo, o recurso teve o provimento negado.

A impetrante sustenta que o paciente se enquadra na hipótese prevista no inciso I, do art. 5º, da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, que prevê a saída antecipada de presos do regime fechado que façam parte do grupo de risco da covid-19 ou que estejam custodiados em estabelecimentos penais com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus.

Alega que há casos de contaminação de detentos e de servidores públicos no sistema prisional de Alagoas.

Aduz que as instalações improvisadas no sistema prisional para o atendimento dos presos contaminados seriam precárias e insuficientes.

Cita, ainda, a Resolução nº 01/2020 da CIDH e a Resolução nº 04/2020 do CNPCP, bem como o artigo 117 da LEP, que prevê a possibilidade de cumprimento da pena em prisão domiciliar para os condenados acometidos de doença grave.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja determinada a progressão antecipada de regime ou a colocação da paciente em prisão domiciliar humanitária, mediante monitoração eletrônica, durante o período da pandemia de Covid-19.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

Na espécie, não há constrangimento ilegal apto ao deferimento da medida de urgência, visto que o Relator, na origem, assim consignou (e-STJ fl. 23):

[...] In casu, não tendo o recorrente juntado qualquer documentação tendente a demonstrar a fragilidade de seu estado de saúde, não há comprovação efetiva de que esta está inserido no grupo de risco ao contágio pelo Covid-19, não merecendo ser acolhido o pleito da Defesa. Além disso, não se fez juntada de qualquer prova voltada a demonstrar a impossibilidade de o agravante receber os cuidados de saúde que lhe são devidos pela equipe médica do próprio estabelecimento prisional.

Ademais, não há falar em aplicação por extensão da decisão no HC n. 188.820/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin. O STF fixou o entendimento de que não configura descumprimento da referida decisão quando o juiz de origem aprecia a situação individual do preso. Afirmou o relator:

[...] o juízo competente, na apreciação dos processos individuais, poderá deixar de conceder prisão domiciliar ou liberdade provisória, caso presentes situações excepcionalíssimas que demonstrem objetivamente a ausência de risco concreto e objetivo à saúde do detento na hipótese de sua manutenção no cárcere e que a soltura, mesmo com imposição de medidas cautelares diversas à prisão (art. 319 do CPP), mostra-se manifestamente inadequada ao caso concreto e causa demasiado risco à segurança pública.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência